

Mensagem nº 106

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Os méritos do Senhor José Borges dos Santos Júnior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2015.

Brasília, 8 de Abril de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Aviso nº 154 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR*

CPF.: 143.515.791-53

ID.: 7741 MRE

1956 Filho de José Borges dos Santos e de Maria das Graças Souto Maior Lago dos Santos, nasce em 17 de abril, em Boa Vista/RR

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1985 CAD - IRBr

2003 CAE - IRBr, Colômbia: perspectivas de resolução do conflito interno

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário

1990 Primeiro-Secretário, por merecimento

1997 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2011 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão do Pessoal, assistente

1983-86 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Adjunto

1986-89 Embaixada em Camberra, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1989-91 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1991 Consulado-Geral em São Francisco, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória

1991-92 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador-Executivo, substituto

1992-93 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente

1993-96 Embaixada em Bruxelas, Primeiro-Secretário

1996-97 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor

1997-98 Divisão do Pessoal, Chefe

1998-2002 Embaixada em Bogotá, Conselheiro e Encarregado de Negócios

2002-03 Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor do Departamento de Administração Geral

2003-05 Divisão de Serviços Gerais, Chefe

2005-06 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

2006-08 Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro

2009-10 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete

2010-13 Departamento do Serviço Exterior, Diretor

2013- Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

Condecorações:

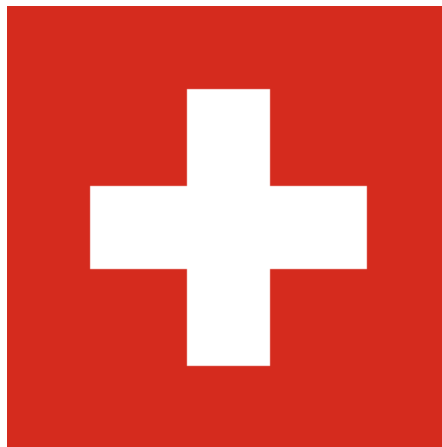
1997	Ordem do Mérito da República Italiana, Oficial
1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2000	Ordem da Coroa, Bélgica, Oficial
2014	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

SUÍÇA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Fevereiro de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÍÇA	
NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km ²
POPULAÇÃO (est. EIU 2015):	8,1 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	A Suíça tem quatro línguas oficiais: - alemão (primeira língua de 65% da população); - francês (20%); - italiano (10%); e - romanche (1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (38,6%); protestantes (33,5%); sem religião (20,1%); muçulmanos (4,5%)
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo com órgão executivo colegiado (Conselho Federal)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho Nacional (" <i>Conseil National</i> ") e Conselho dos Estados (" <i>Conseil des États</i> ")
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidenta do Conselho Federal Simonetta Sommaruga
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Conselheiro Federal Didier Burkhalter (desde jan. 2012)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	André Regli
PIB nominal (2014 est. EIU):	US\$ 679 bilhões
PIB PPP (2014 est. EIU):	US\$ 444,7 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014 est.):	US\$ 84,3 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (2014 est.):	US\$ 55,2 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	0,8% (2012); 1,7 % (2013); 1,8% (2014)
IDH (2014):	0,917 (3ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA:	82,6
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	3,34%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
COMUNIDADE BRASILEIRA	79.000 (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÍÇA (US\$ milhões) (MDIC)										
Brasil → Suíça	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	1.746	2.167	3.305	3.578	3.160	4.342	4.482	4.473	5.301	5.094
Exportações	534	847	1.114	1.331	1.107	1.476	1.646	1.707	2.361	2.317
Importações	1.212	1.319	2.191	2.246	2.053	2.865	2.835	2.765	2.940	2.778
Saldo	-677	-472	-1.077	-914	-945	-1.388	-1.188	-1.058	-579	-491

PERFIS BIOGRÁFICOS



Simonetta Sommaruga
Presidenta do Conselho Federal

Nascida em Zug, em 1960, formou-se em Letras pela Universidade de Friburgo. Presidiu a Fundação de Proteção ao Consumidor Suíço de 1993 a 1999 e preside a Swissaid desde 2003. Iniciou oficialmente sua carreira política em 1981, ao integrar o Grande Conselho de Berna. Em 1999, foi eleita para o Conselho Nacional da Suíça (homóloga da Câmara dos Deputados brasileira), e, em 2003, para o Conselho dos Estados (equivalente ao Senado Federal brasileiro), representando o Cantão de Berna. Em setembro de 2010, foi eleita para o Conselho Federal, assumindo a Chefia do Departamento Federal de Justiça e Polícia (DFJP). Ao longo do corrente ano, exercerá a presidência rotativa da Confederação Suíça. É membro do Partido Socialdemocrata.



Didier Burkhalter
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 17 de abril de 1960, é casado e tem três filhos. Formou-se em economia na Universidade de Neuchâtel e, antes de iniciar carreira política, teve diversos cargos no mundo acadêmico e no setor privado. Filiou-se ao FDP (Partido Liberal Democrático) em 1985 e, a partir de 1991, cumpriu mandatos legislativos nas três esferas administrativas da Suíça (municipal, cantonal e federal). Foi eleito membro do Conselho Federal em 2009 e, entre 2009 e 2011, exerceu a função de Ministro do Interior. Assumiu a chancelaria suíça em 1º de janeiro de 2012, cargo que ocupa até o momento. Em 2014, exerceu, de forma cumulativa, a presidência rotativa do Conselho Federal suíço.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Suíça são tradicionalmente cordiais e já quase bicentenárias.

Nos últimos anos, marco relevante na relação bilateral foi a assinatura, em agosto de 2008, de “Memorando de Entendimento para estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica”, por ocasião da visita ao Brasil da então Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suíça, Micheline Calmy-Rey. O Mecanismo de Consultas Políticas, estabelecido com base no referido Memorando de Entendimento bilateral, deu origem a quatro reuniões, desde junho de 2010, e ao aprofundamento do diálogo político, além de ter gerado avanços em diversos campos.

Nesse sentido, tem-se destacado a cooperação em áreas como ciência e tecnologia; educação; saúde; energia; e meio ambiente; e existe a perspectiva de cooperação futura em setores como a nanotecnologia e tecnologias da informação e das comunicações.

A relação profícuca entre os dois países explica-se, entre outros fatores, pelo fato de a Suíça ter decidido, na década passada, estabelecer relacionamento estratégico com o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (“Estratégia BRICS”). Esse interesse foi oficializado durante a visita da então Conselheira Federal de Assuntos Econômicos, Doris Leuthard, em fevereiro de 2007, quando se criou a Comissão Mista de Relações Econômico-Comerciais. A Comissão encontrou-se por seis vezes: a última reunião teve lugar em Brasília, em novembro de 2014. Nesses encontros, percebe-se o grande interesse do empresariado suíço pelo mercado brasileiro.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Suíça é estimada, pelo Itamaraty, em cerca de 79 mil pessoas, incluindo 15.335 eleitores registrados. Há Consulados-Gerais do Brasil nas cidades de Genebra e em Zurique.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e a Suíça.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição suíça de 1848 estabeleceu um governo colegiado. O Conselho Federal (poder executivo) é integrado por sete Conselheiros Federais (Ministros), cada um responsável por um Departamento Federal (ministério): (1) Negócios Estrangeiros, (2) Interior, (3) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações, (4) Defesa, Segurança e Esporte, (5) Justiça e Polícia, (6) Finanças e (7) Economia.

O poder legislativo é formado por um parlamento bicameral: Conselho dos Estados (senadores) e Conselho Nacional (deputados). As duas casas formam a Assembleia Federal.

Os Conselheiros Federais são eleitos pela Assembleia Federal para um período de quatro anos. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Federal são eleitos, também pela Assembleia, entre os sete Conselheiros Federais. Exercem mandato por um ano, em regime de rotação. Sendo, basicamente, apenas um "primus inter pares", o Presidente dirige as sessões do Conselho Federal e exerce certas funções de representação. Dependendo de seu perfil, o Presidente pode, no entanto, cumprir um papel mais influente ou decisivo na condução dos assuntos de governo do que aquele que se esperaria considerando-se unicamente suas atribuições constitucionais. A atual presidente é Simonetta Sommaruga, do Partido Socialdemocrata.

Das reuniões do Conselho Federal participa também o Chanceler Federal, conhecido com o "oitavo" integrante do órgão, mas sem o mesmo status político dos Ministros. Trata-se de uma função equivalente a chefe de gabinete ou "chefe de estado-maior" do Conselho Federal. Tem funções apenas administrativas (coordenação, organização de reuniões, publicação de atos etc). O Chanceler Federal é eleito também pela Assembleia.

O Conselho dos Estados é composto de 46 membros (Conselheiros de Estados), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão). O Conselho Nacional é composto de duzentos membros (Conselheiros Nacionais), eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, sendo o número de representantes em cada cantão proporcional à sua população. Os Conselheiros de Estado e os Conselheiros Nacionais são eleitos por quatro anos. As últimas eleições ocorreram em outubro de 2011 e foram vencidas pelo Partido do Povo Suíço, com 26,6% dos votos. Em segundo lugar, ficou o Partido Socialdemocrata, com 18,7% e, em terceiro, os Liberais, com 15,1%.

Os parlamentares exercem seu mandato paralelamente à manutenção da sua profissão, segundo um sistema de "milícia", igualmente aplicado aos efetivos das Forças Armadas (exceção feita aos Comandantes de grandes unidades). Ou seja, não há nem parlamento permanente nem forças armadas profissionais.

O poder judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula do poder judiciário está o Tribunal Federal, sediado em Lausanne, composto de 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandato de 6 anos. O Tribunal Federal tem por atribuição precípua a administração da justiça em matéria federal e decide inter alia os diferendos de direito civil entre a Confederação e os cantões, entre a Confederação e particulares e entre os cantões; os diferendos de direito público entre os cantões; os conflitos de competência entre as autoridades federais e cantonais; as reclamações sobre a violação de direitos constitucionais; e, finalmente, causas em que o objeto do litígio atinja grau de importância reconhecido pela legislação federal. O Tribunal Federal dos Seguros, sediado em Lucerna, composto de 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandato de 6 anos, é uma divisão especial do Tribunal Federal e decide em última instância as causas referentes a seguros sociais públicos, aposentadorias, pensões e tudo mais que diz respeito ao sistema previdenciário.

Toda a política das últimas décadas repousa na busca de um consenso nacional, por meio de um compromisso longamente amadurecido: cada lei é resultado de um processo sutil e lento de consulta aos cantões e a todos os principais interessados. Isso não impede, porém, que grande número dessas mesmas leis, de importância relativa em muitos casos, passem pelo crivo do referendo.

Em razão de sua tradicional neutralidade, a Suíça colhe hoje herança incômoda que pode se traduzir em sensação de isolamento internacional. No contexto das Nações Unidas, pretende desfazer esse relativo isolamento político mediante redobrado ativismo em defesa de “causas globais”, como meio ambiente, direitos humanos, paz e segurança. Ao mesmo tempo, busca utilizar seu “ativo histórico” na intermediação de conflitos (Rússia/Geórgia, Armênia/Geórgia). Para tanto, luta pela conquista de posições-chave na estrutura da ONU, da qual é membro desde 2002. Em 2010-2011, por exemplo, a LXV Assembleia-Geral das Nações Unidas foi presidida por um suíço, o ex-Conselheiro Federal Joseph Deiss, que foi Ministro das Relações Exteriores (1999-2002), da Economia (2003-2006) e Presidente de turno da Confederação (2004).

A Suíça desfruta de longa tradição como centro internacional de acolhida. Desde o século XVI, refugiados religiosos e perseguidos políticos encontravam em Genebra porto seguro. Aliada a essa tradição, o caráter de “território neutro” tornou o país a escolha natural para organizações intergovernamentais dedicadas às mais variadas finalidades. Genebra foi sede da antiga Liga das Nações e abriga hoje a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. Atualmente, o país hospeda 24 organizações internacionais de caráter intergovernamental, das quais 21 se situam em Genebra. Oito dessas organizações são parte do sistema das Nações Unidas, entre as quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial de Migrações e a UNCTAD, assim como órgãos da ONU, como o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Refugiados. Em Berna, encontram-se sediadas a União Postal Universal e a Organização Intergovernamental para Transportes Ferroviários (OTIF). Várias outras organizações não estatais, associações e ONGs, têm igualmente sede no país, entre as quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

A Suíça é favorável a reforma da estrutura da ONU, particularmente do Conselho de Segurança (CSNU). Em termos práticos, concede prioridade à discussão sobre a implementação de mudanças nos métodos de trabalho daquele órgão. Para a Suíça, a reforma dos métodos de trabalho e a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas devem, idealmente, caminhar juntas, sem o que a reforma estará “incompleta”. Essa postura tem sido vocalizada pelo grupo intitulado “Small 5 (S5)”, que a Suíça integra, junto com Cingapura, Costa Rica, Jordânia e Liechtenstein. Vê como necessária a

ampliação e a democratização do Conselho, muito embora a determinação dos novos membros permanentes deva provir, na avaliação de Berna, de escolha feita pelos Estados de cada região. Opõe-se à extensão do direito de veto aos novos membros permanentes de um eventual Conselho de Segurança ampliado.

Berna insiste em que a reforma do CSNU deve pautar-se por “critérios objetivos”, tais como o tamanho da população dos países candidatos, sua contribuição financeira ao sistema das Nações Unidas, sua contribuição em pessoal às operações de paz e o papel que eles têm desempenhado, ao longo dos anos, no sistema das Nações Unidas.

União Europeia

A adesão à União Europeia é vista como uma possibilidade apenas a longo prazo. A recusa popular a aprovar a adesão, em referendo de 2001 (75% dos votantes foram contrários) desapontou os partidos liberais, os cantões de expressão francesa e a indústria. O sistema de democracia direta e a forte oposição do partido UDC/SVP sugerem que a Suíça estará fora da UE ainda por muitos anos. Em consequência, Berna prossegue em sua estratégia de negociações com a UE por meio de acordos específicos. Mediante tais acordos, assegura a Confederação participação em importantes programas de pesquisa científica, além de aderir ao princípio da livre circulação de pessoas, ao livre comércio e busca adaptar sua legislação interna, na medida do possível, aos padrões europeus.

Restam, contudo, dois grandes obstáculos à plena integração. O primeiro diz respeito à negociação de acordo de livre-comércio agrícola, ante a ferrenha oposição dos produtores suíços. Diante da alegação de que as pequenas propriedades agrícolas não teriam como sobreviver ao fim dos generosos subsídios estatais, e de que os fazendeiros já caminham para a condição de “novos pobres” da Europa, o tema vem sendo adiado para um futuro incerto.

Desde 2009, a Suíça vem tomando passos para reformar o seu sistema jurídico a fim de cumprir com os requisitos de foros internacionais que tratam do combate à evasão fiscal. O país vem envidando esforços para atualizar seus Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs) em vigor, em especial o Artigo 26, relativo à troca de informações tributárias, e negociar novos TIEAs. Assim como o Brasil, a Suíça se comprometeu a adotar troca automática de informações tributárias até 2018. A Suíça também assinou, em 2013, a Convenção Multilateral em Assistência Administrativa Mútua em Matéria Tributária, a qual prevê troca automática de informações tributárias entre os signatários.

Não obstante, no processo de "Peer Review" do Fórum Global de Transparência e Troca de Informações Tributárias da OCDE/G-20, a Suíça

ainda não conseguiu passar para a fase II do processo de avaliação, justamente por obstáculos legais internos para que, por exemplo, a composição societária de certas empresas estrangeiras seja informada a pedido de autoridades tributárias externas.

Em 2014, foi aprovada, em referendo popular em toda a Suíça, proposta do partido UDC, que previa de quotas de imigração mais restritas – o que representou novo complicador nas relações entre a União Europeia e o país.

A Estratégia “BRICS”

A partir de decisão tomada em 2006, o Conselho Federal tem como uma de suas vertentes de política externa estabelecer relacionamento estratégico com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A estratégia ganhou força na medida em que crescia, na Suíça e na Europa, a descrença numa conclusão célere e exitosa da Rodada de Doha da OMC — o que, sustentam os defensores da estratégia, obrigaria o Governo suíço a concentrar esforços em países que possam, pelo tamanho e perspectivas de crescimento continuado, servir como ancoradouro para as exportações e os investimentos das grandes corporações suíças.

A Suíça é uma das maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto que a coloca na 20ª posição, segundo dados do FMI. A posição é ainda mais significativa tendo em conta seu território reduzido (pouco menor que o Estado do Rio de Janeiro) e sua população relativamente pouco numerosa (8,1 milhões de habitantes).

A economia apresentou, em 2014, rendimento 1,8% superior ao do período anterior, segundo estimativas do FMI. Para o ano corrente, o FMI estima crescimento da economia em 1,9% em relação ao ano passado, ano no qual o PIB global suíço montou a US\$ 679 bilhões, com o setor de serviços representando mais de 70% do PIB.

Na economia suíça, o setor de bens e serviços é altamente eficiente e detém vantagens comparativas substanciais em termos globais. De maneira pragmática e coerente com esses elementos, a Suíça tem multiplicado ações em sua política econômico-comercial externa, com vistas a estimular a interação em comércio exterior nesses setores. Nesse sentido, o Governo tem buscado, no plano bilateral, negociar e assinar acordos de livre comércio – como o assinado em 2013 com a China – que privilegiem a flexibilização do intercâmbio comercial nesses segmentos. No plano multilateral e especialmente na OMC, a Suíça tem pautado suas ações pelo interesse prioritário nos temas diretamente relacionados à implantação de mecanismos que privilegiam a liberalização do comércio internacional de bens de alto valor agregado e de serviços.

O mercado agrícola suíço, no entanto, obedece a outra lógica. O PIB desse setor corresponde a apenas 0,7% do PIB suíço, e o mercado produtor é pouco competitivo em razão dos altos custos locais dos fatores de produção. Nesse setor, mesmo com a eliminação de barreiras à importação de produtos agrícolas e dos mecanismos de subvenção governamental aos produtores domésticos, a Suíça encontra-se dentre os países com menor grau de abertura, juntamente com Noruega, Japão e Coreia do Sul, o que evidencia o alto grau de protecionismo do mercado agrícola suíço.

Registre-se, por fim, que o país tem uma das menores taxas de desemprego da Europa (por volta de 3,3%) e que projeções do FMI indicam que a inflação permanecerá na faixa de 1% nos próximos cinco anos. Em 2013, a inflação somou apenas 0,01%. A dívida pública local equivale a aproximadamente 35% do PIB, segundo dados de 2012.

Comércio Exterior da Suíça

O comércio exterior suíço, a exemplo do desempenho da economia interna, também é consistente. Em 2014, as exportações suíças alcançaram

US\$ 229,2 bilhões, com crescimento de 32,9% em relação a 2009. No mesmo período, as importações somaram US\$ 239,3 bilhões. O superávit comercial em 2014, maior registrado na série histórica do comércio exterior suíço, alcançou US\$ 36,1 bilhões. Os principais parceiros comerciais da Suíça, em 2014, foram Alemanha, Estados Unidos, Itália, França e China.

O comércio exterior responde por mais da metade do PIB suíço. Com essa perspectiva – e tendo em consideração a crise do euro que, ao perder valor frente a outras moedas, afeta o poder de compra de seus parceiros comunitários –, o Governo local fixou valor mínimo de CHF 1,20 para EUR 1,00. Apesar de mantida artificialmente, o Governo suíço descarta a possibilidade de sua alteração, tendo em vista os riscos de deterioração das contas externas suíças em caso de desvalorização acentuada do euro.

No que tange à política econômico-comercial externa, com exceção da "*European Free Trade Association*" (EFTA), associação de natureza econômico-comercial da qual é membro juntamente com Islândia, Noruega e Liechtenstein, a Suíça mantém-se à margem de processos integrativos de cunho regional. Sob esse prisma, não obstante ter na União Europeia seu principal parceiro, com especial destaque para a interação com a Alemanha, Itália e França, tem uma opção preferencial, em sua política econômico-comercial externa, pela abordagem bilateral na defesa de seus interesses nessa área.

Comércio exterior bilateral

O Brasil é considerado o principal parceiro comercial da Suíça na América Latina, sendo o 19º maior parceiro comercial do país europeu. A Suíça, por sua vez, tornou-se o 25º parceiro econômico mais importante do Brasil em 2013, um ganho de oito posições em relação ao ano anterior, com aumento significativo das exportações brasileiras para o mercado suíço e redução importante no déficit brasileiro com o país.

As exportações brasileiras para Suíça diminuíram 1,9% em 2014, em relação ao ano anterior, totalizando US\$ 2.317 milhões. As importações totalizaram US\$ 2.778 milhões, com decréscimo de 5,6% de 2013 para 2014.

Na última década, contudo, o crescimento do comércio bilateral entre os dois países foi de quase 270%. Cada vez mais, o Brasil está despertando o interesse de pequenas e médias empresas suíças, ao mesmo tempo em que as empresas brasileiras procuram contatar com maior frequência empresas suíças, a fim de conquistar novos mercados e buscar novas tecnologias e serviços.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para a Suíça aumentaram aproximadamente sete vezes. O Brasil vende principalmente ouro, alumínio, suco de laranja e carne. Já os principais produtos importados pelo Brasil da Suíça são medicamentos, máquinas e produtos químicos.

Investimentos

Há presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (VALE, SUZANO, SAFRA SARRASIN), e de grandes empresas suíças no Brasil (NESTLÉ, ROCHE, NOVARTIS). A longevidade das empresas suíças no país demonstra o vigor do mercado brasileiro. Recentemente foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o sexto SWISSNEX (posto avançado de ciência e tecnologia que visa a interligar a Suíça com hubs inovadores) do mundo. Destaca-se, ainda, a presença, em Belo Horizonte, de uma das duas únicas sucursais internacionais do CENTRO SUÍÇO DE ELETRÔNICA E MICROTÉCNICA (CSEM). Tais fatores indicam justificada confiança no potencial inovador da sociedade brasileira.

Sobre a presença de empresas brasileiras na Suíça, saliente-se que empresas nacionais de grande porte estabeleceram sucursais no território suíço, motivadas, entre outras razões, por vantagens fiscais comparativas, proporcionadas pelo país como um todo e por alguns cantões em particular.

Investimentos Diretos Suíça-Brasil (em US\$ milhões)									
	Estoque ¹		Fluxo						
	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Origem: Suíça	18.153 (9°)	n.d.*	772	369	6.445	1.194	4.333	2.333 (6°)	1.973 (8°)
Origem: Brasil	343	343 (27°)	121	52	247	135	167	349 (11°)	328 (8°)

Dados do Banco Central do Brasil

* n.d. – Os últimos dados de estoque de IED no Brasil publicados pelo BCB são referentes a 2012. De acordo com o Banco Central, o estoque de investimentos diretos suíços no Brasil somou, em 2012, US\$ 18 bilhões, US\$ 8 bilhões a menos que o valor registrado por fontes suíças.

Investimentos suíços no Brasil.

¹ **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

O perfil dos investimentos suíços no Brasil ainda apresenta alta concentração na produção de bens de baixo valor agregado. Embora a Suíça seja um dos maiores centros de inovação tecnológica do mundo, a maior parte dos investimentos suíços no Brasil é dirigida para a produção de bens de consumo intermediários pouco intensivos em tecnologia, como é o caso de: NESTLÉ (alimentos), HOLCIM (cimento), ou de medicamentos acabados, sem transferência de tecnologia: NOVARTIS (fármaco-químico), CLARIANT (químico), ROCHE (fármaco-químico).

São substancialmente menos expressivos os investimentos suíços dirigidos à produção de bens de alto valor tecnológico, representados pela ABB (energia e automação), SULZER BRASIL (centrífugas) e ATLAS SCHINDLER (elevadores e escadas rolantes). Nesse quadro, faz-se necessário avaliar canais de incentivo a investimentos no Brasil em pesquisa e desenvolvimento locais e em produtos mais intensivos em tecnologia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1648 - Países europeus reconhecem a independência suíça e sua neutralidade
 - 1798 - Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
 - 1798 - Proclamação da República Suíça em 12 de abril
 - 1815 - Congresso de Viena restabelece a independência do país
 - 1848 - Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
 - 1914 - I Guerra Mundial. Suíça mantém-se oficialmente neutra.
 - 1933 - “Spiritual Defense”. Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
 - 1939 - II Guerra Mundial. Suíça mantém-se oficialmente neutra.
 - 1945 - Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
 - 1971 - Introdução do direito de voto às mulheres
 - 1982 - Plebiscito rejeita o fim do sigilo bancário
 - 1992 - O ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
 - 1999 - Atual Constituição Federal
 - 2002 - Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
 - 2005 - Referendo aprova facilidades de livre-circulação de mão-de-obra a cidadãos da União Europeia
 - 2014 - Proposta do partido UDC, a qual prevê a imposição de quotas de imigração mais restritas, é aprovada em referendo popular, em fevereiro
 - 2014 - Simonetta Sommaruga assume a função de Presidenta do Conselho Federal para o ano de 2015
-

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1818 - D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
- 1819 - Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
- 1820 - Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na “vila de Nova Friburgo”.
- 1826 - Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
- 1855 - Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
- 1856 - Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
- 1880 - Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
- 1890 - Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d’Andrada.
- 1907 - Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.
- 1920 - Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
- 1958 - Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
- 1959 - Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
- 1994 - Primeira visita ao Brasil do Presidente da Confederação Suíça (à época, Jean Pascal Delamuraz, responsável pelo Departamento Federal de Economia).
- 1997 - Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.
- 1998 - Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2006 - Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
- 2007 - Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
- 2007 - Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.

- 2008 -Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey.
- 2009 - Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna (setembro).
- 2009 - Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro).
- 2010 - 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
- 2010 - Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
- 2011 - Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro).
- 2011 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
- 2011 - Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
- 2012 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
- 2013 – Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
- 2013 – 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília
- 2014 – Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Vigência
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias	23/06/1924	Em vigor
Tratado de Extradição	23/07/1932	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima	22/06/1956	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	26/04/1968	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	16/05/1968	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular	14/10/1970	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo	30/06/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968	18/04/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR)	19/06/1972	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	23/01/1975	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo a do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	27/07/1978	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Transportes Aéreos, de 16 de maio de	27/04/1984	Em vigor

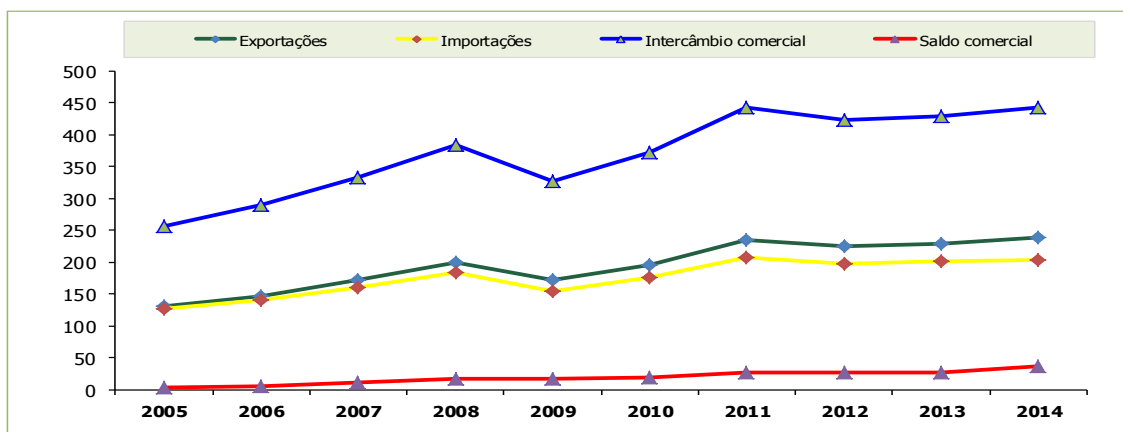
1968, para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro		
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Não está em vigor (em tramitação no Executivo brasileiro, ainda não encaminhado ao Congresso Nacional)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Não está em vigor (em tramitação no Executivo brasileiro, ainda não encaminhado ao Congresso Nacional)
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Não está em vigor (em tramitação no Executivo brasileiro, ainda não encaminhado ao Congresso Nacional)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da Suíça US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	130,9	6,4%	126,6	9,1%	257,5	7,8%	4,4
2006	147,9	12,9%	141,4	11,7%	289,3	12,3%	6,5
2007	172,1	16,4%	161,2	14,0%	333,3	15,2%	10,9
2008	200,6	16,6%	183,5	13,9%	384,1	15,3%	17,1
2009	172,5	-14,0%	155,4	-15,3%	327,9	-14,7%	17,1
2010	195,6	13,4%	176,3	13,5%	371,9	13,4%	19,3
2011	234,8	79,3%	208,2	64,5%	443,0	72,1%	26,6
2012	225,9	-3,8%	197,8	-5,0%	423,7	-4,4%	28,2
2013	229,2	1,4%	200,9	1,6%	430,1	1,5%	28,2
2014	239,3	4,4%	203,2	1,1%	442,6	2,9%	36,1
Var. % 2005-2014	82,8%	--	60,6%	--	71,9%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado.*

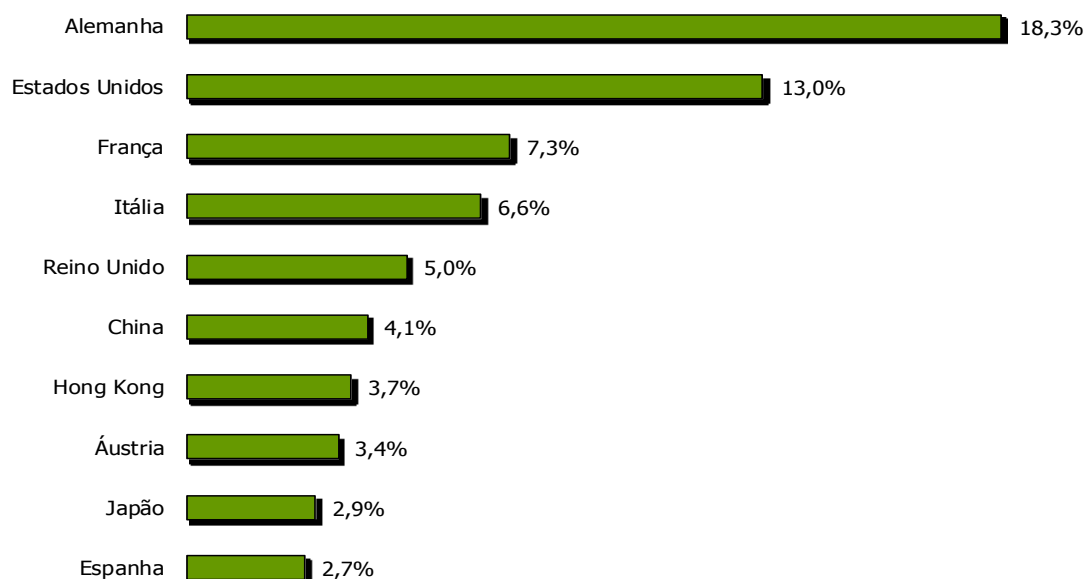


Direção das Exportações da Suíça
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	43,78	18,3%
Estados Unidos	31,02	13,0%
França	17,41	7,3%
Itália	15,85	6,6%
Reino Unido	11,88	5,0%
China	9,73	4,1%
Hong Kong	8,88	3,7%
Áustria	8,18	3,4%
Japão	6,96	2,9%
Espanha	6,39	2,7%
...		
Brasil (21ª posição)	2,29	1,0%
Subtotal	162,37	67,8%
Outros países	76,98	32,2%
Total	239,35	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais destinos das exportações

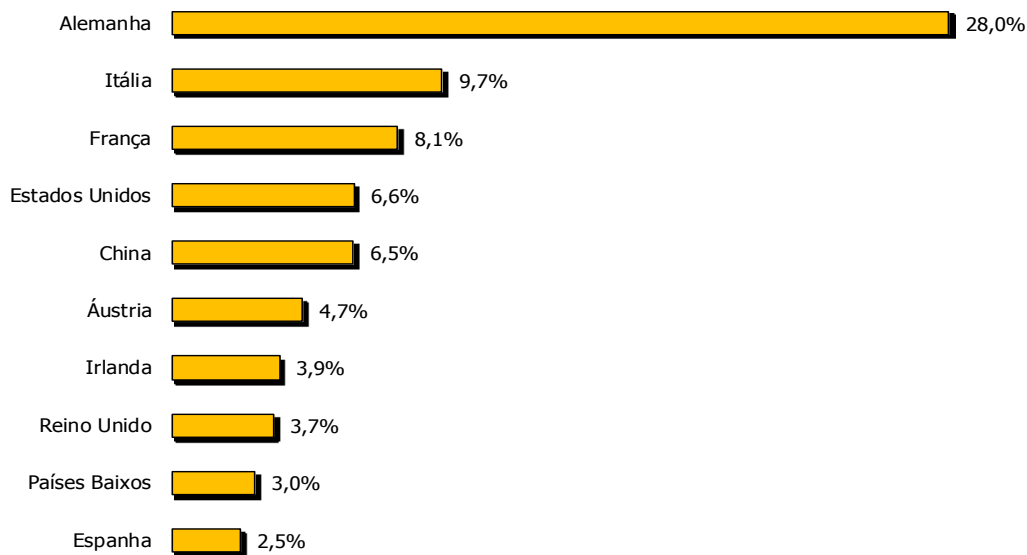


Origem das Importações da Suíça
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	56,86	28,0%
Itália	19,80	9,7%
França	16,54	8,1%
Estados Unidos	13,34	6,6%
China	13,29	6,5%
Áustria	9,58	4,7%
Irlanda	7,89	3,9%
Reino Unido	7,46	3,7%
Países Baixos	6,11	3,0%
Espanha	5,04	2,5%
...		
<i>Brasil (26ª posição)</i>	<i>0,96</i>	<i>0,5%</i>
Subtotal	156,88	77,2%
Outros países	46,35	22,8%
Total	203,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

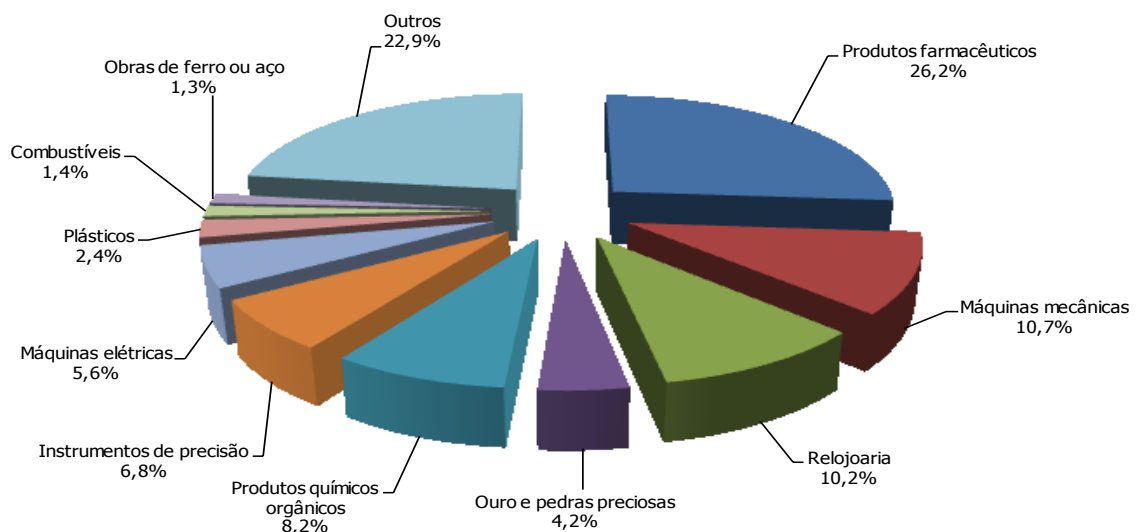


Composição das exportações da Suíça US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	62,76	26,2%
Máquinas mecânicas	25,71	10,7%
Relojoaria	24,31	10,2%
Ouro e pedras preciosas	10,00	4,2%
Produtos químicos orgânicos	19,73	8,2%
Instrumentos de precisão	16,34	6,8%
Máquinas elétricas	13,30	5,6%
Plásticos	5,64	2,4%
Combustíveis	3,45	1,4%
Obras de ferro ou aço	3,18	1,3%
Subtotal	184,42	77,1%
Outros	54,93	22,9%
Total	239,35	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

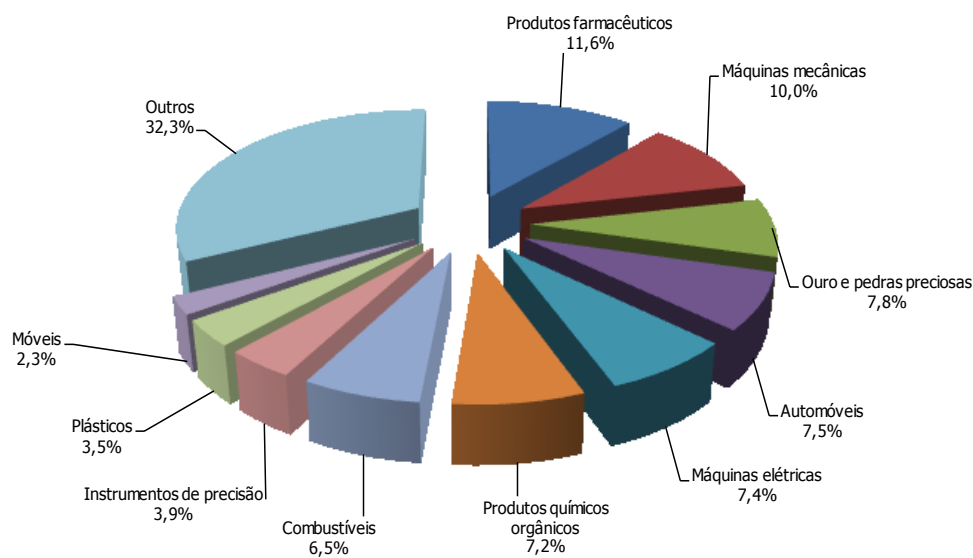


Composição das importações da Suíça US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	23,60	11,6%
Máquinas mecânicas	20,25	10,0%
Ouro e pedras preciosas	15,79	7,8%
Automóveis	15,27	7,5%
Máquinas elétricas	14,99	7,4%
Produtos químicos orgânicos	14,70	7,2%
Combustíveis	13,30	6,5%
Instrumentos de precisão	7,84	3,9%
Plásticos	7,10	3,5%
Móveis	4,73	2,3%
Subtotal	137,57	67,7%
Outros	65,67	32,3%
Total	203,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

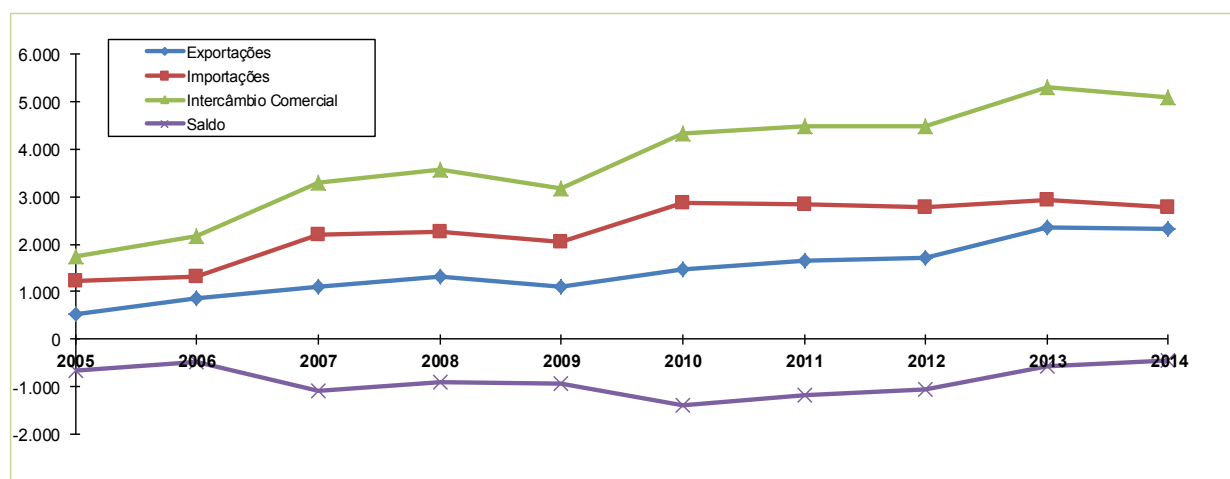
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suíça
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2005	535	53,5%	0,45%	1.212	13,1%	1,65%	1.747	23,0%	0,91%	-678
2006	848	58,5%	0,62%	1.320	8,9%	1,44%	2.167	24,1%	0,95%	-472
2007	1.114	31,5%	0,69%	2.191	66,0%	1,82%	3.306	52,5%	1,18%	-1.077
2008	1.332	19,5%	0,67%	2.247	2,5%	1,30%	3.578	8,3%	1,07%	-915
2009	1.107	-16,8%	0,72%	2.053	-8,6%	1,61%	3.160	-11,7%	1,13%	-946
2010	1.477	33,4%	0,73%	2.866	39,6%	1,58%	4.343	37,4%	1,13%	-1.389
2011	1.647	11,5%	0,64%	2.835	-1,1%	0,73%	4.482	3,2%	0,93%	-1.188
2012	1.707	3,7%	0,70%	2.766	-2,4%	1,24%	4.474	-0,2%	0,96%	-1.059
2013	2.361	38,3%	0,98%	2.942	6,3%	1,23%	5.303	18,5%	1,10%	-581
2014	2.317	-1,9%	1,03%	2.778	-5,6%	1,21%	5.094	-3,9%	1,12%	-461
2015 (jan-fev)	210	14,0%	1,54%	385	18,9%	2,28%	596	17,1%	1,95%	-175
Var. % 2005-2014	333,3%	--	--	129,1%	--	--	191,6%	--	--	n.c.

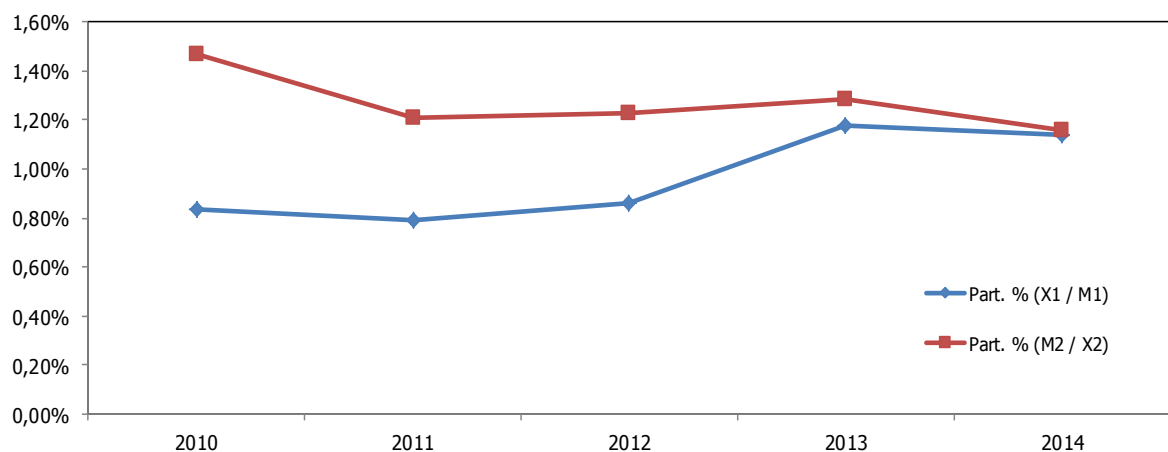
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(n.c.) Dado não calculado.*



Part. % do Brasil no Comércio da Suíça
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Suíça (X1)	1.477	1.647	1.707	2.361	2.317	56,8%
Importações totais da Suíça (M1)	176.281	208.220	197.787	200.934	203.231	15,3%
Part. % (X1 / M1)	0,84%	0,79%	0,86%	1,18%	1,14%	36,0%
Importações do Brasil originárias da Suíça (M2)	2.866	2.835	2.766	2.942	2.778	-3,1%
Exportações totais da Suíça (X2)	####	####	####	####	####	22,4%
Part. % (M2 / X2)	1,46%	1,21%	1,22%	1,28%	1,16%	-20,8%

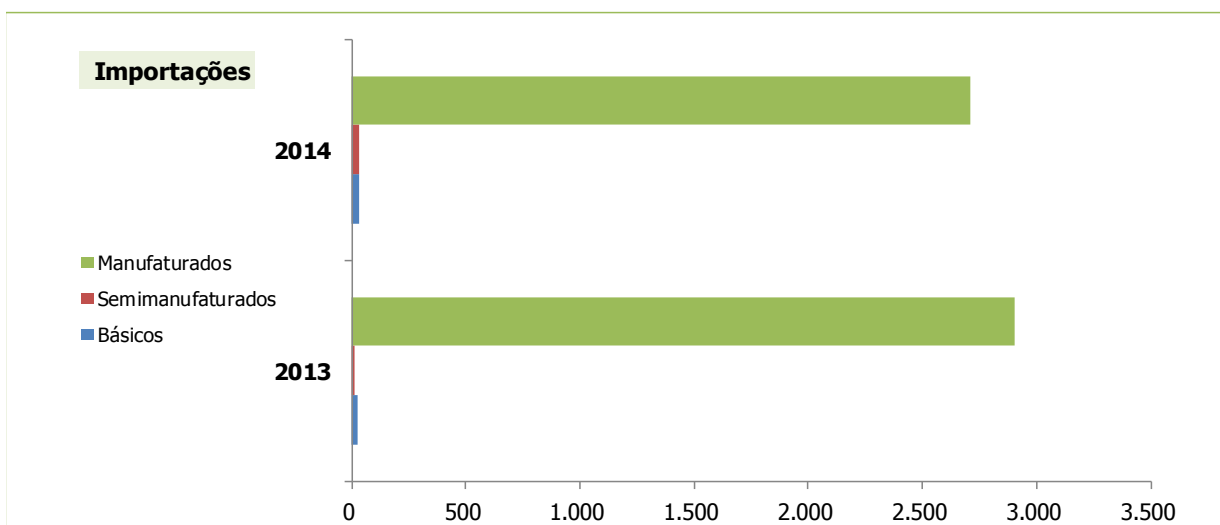
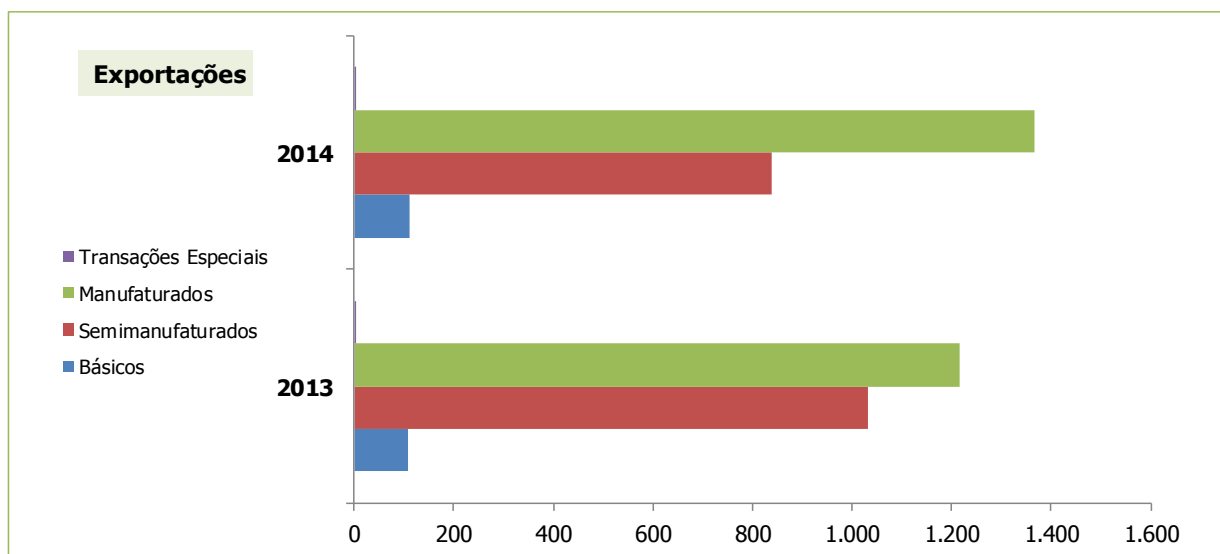
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



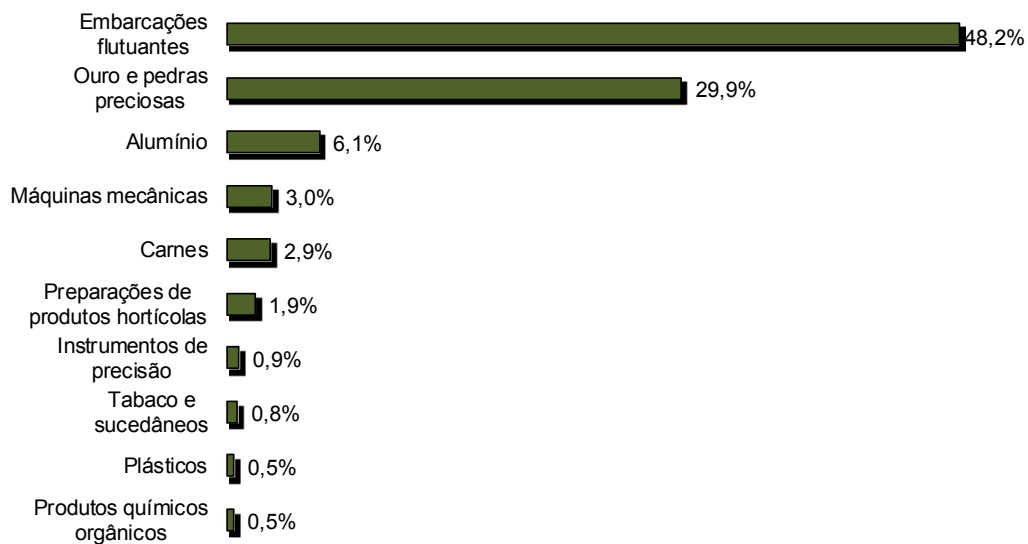
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Suíça
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embarcações flutuantes	0	0,0%	802	34,0%	1.116	48,2%
Ouro e pedras preciosas	881	51,6%	951	40,3%	692	29,9%
Alumínio	299	17,5%	63	2,6%	142	6,1%
Máquinas mecânicas	100	5,9%	133	5,7%	70	3,0%
Carnes	65	3,8%	69	2,9%	67	2,9%
Preparações de produtos hortícolas	55	3,2%	82	3,5%	44	1,9%
Instrumentos de precisão	7,9	0,5%	11	0,5%	20	0,9%
Tabaco e sucedâneos	14	0,8%	20	0,8%	18	0,8%
Plásticos	8,0	0,5%	4	0,2%	12,3	0,5%
Produtos químicos orgânicos	59	3,5%	14	0,6%	11,9	0,5%
Subtotal	1.488	87,2%	2.150	91,0%	2.194	94,7%
Outros produtos	219	12,8%	212	9,0%	123	5,3%
Total	1.707	100,0%	2.361	100,0%	2.317	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

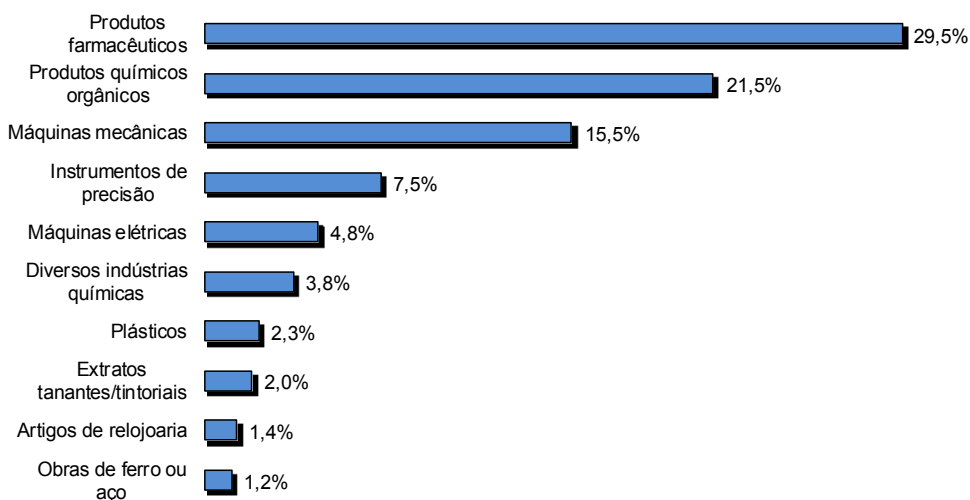


Composição das importações brasileiras originárias da Suíça
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	734	26,5%	798	27,1%	818	29,5%
Produtos químicos orgânicos	460	16,6%	544	18,5%	596	21,5%
Máquinas mecânicas	632	22,8%	601	20,4%	431	15,5%
Instrumentos de precisão	189	6,8%	212	7,2%	207	7,5%
Máquinas elétricas	164	5,9%	192	6,5%	133	4,8%
Diversos indústrias químicas	70	2,5%	64	2,2%	105	3,8%
Plásticos	68	2,4%	62	2,1%	64	2,3%
Extratos tanantes/tintoriais	85	3,1%	69	2,3%	56	2,0%
Artigos de relojoaria	54	2,0%	53	1,8%	38	1,4%
Obras de ferro ou aço	36	1,3%	37	1,3%	32	1,2%
Subtotal	2.492	90,1%	2.632	89,5%	2.481	89,3%
Outros produtos	274	9,9%	310	10,5%	297	10,7%
Total	2.766	100,0%	2.942	100,0%	2.778	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

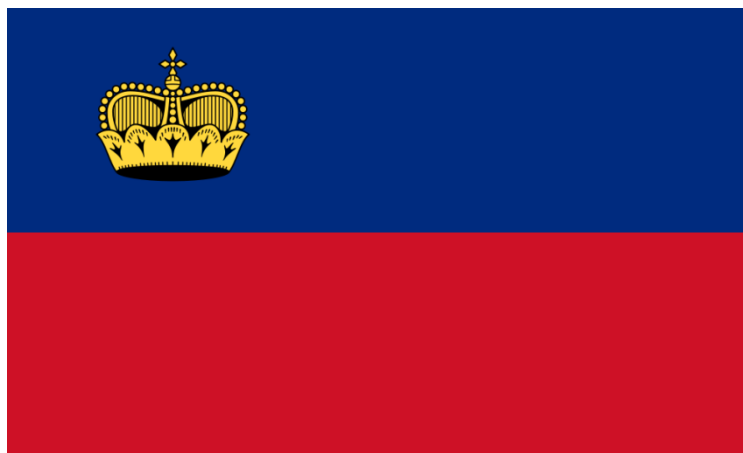
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Ouro e pedras preciosas	131,2	71,1%	123,9	58,9%	
Alumínio	0,0	0,0%	38,8	18,4%	
Carnes	11,9	6,4%	10,9	5,2%	
Máquinas mecânicas	8,2	4,5%	9,2	4,4%	
Instrumentos de precisão	2,9	1,6%	4,9	2,3%	
Preparações alimentícias	1,8	0,9%	3,3	1,6%	
Produtos farmacêuticos	1,8	0,9%	3,3	1,6%	
Cereais	0,1	0,0%	2,9	1,4%	
Preparações hortícolas	10,4	5,6%	2,8	1,3%	
Farmacêuticos	1,0	0,5%	2,6	1,2%	
Subtotal	169,1	91,6%	202,5	96,3%	
Outros produtos	15,5	8,4%	7,9	3,7%	
Total	184,6	100,0%	210,4	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Farmacêuticos	96,7	29,8%	85,7	22,2%	
Máquinas mecânicas	85,8	26,5%	59,2	15,4%	
Químicos orgânicos	55,7	17,2%	49,7	12,9%	
Instrumentos de precisão	29,9	9,2%	34,6	9,0%	
Máquinas elétricas	23,7	7,3%	19,6	5,1%	
Plásticos	10,9	3,4%	9,4	2,4%	
Diversos inds químicas	14,2	4,4%	7,9	2,0%	
Extratos tanantes	7,0	2,2%	6,4	1,7%	
Combustíveis	0,1	0,0%	5,7	1,5%	
Café	0,0	0,0%	5,1	1,3%	
Subtotal	324,0	100,0%	283,3	73,5%	
Outros produtos	0,0	0,0%	101,9	26,5%	
Total	324,0	100,0%	385,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

LIECHTENSTEIN



Informação Ostensiva
Fevereiro de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE LIECHTENSTEIN

NOME OFICIAL:	Principado de Liechtenstein
CAPITAL:	Vaduz
ÁREA:	160 km²
POPULAÇÃO :	40 mil
IDIOMA OFICIAL:	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (76,2%); protestantes (7%); sem religião (10,6%), outras (6,2%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monárquico parlamentarista
LEGISLATIVO	Unicameral ("Landtag")
CHEFE DE ESTADO:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Adrian Hasler (desde março de 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Aurelia Frick (desde março de 2013)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há Embaixada em Brasília ²
PIB nominal (UNstats)	US\$ 5.647 milhões (2013)
PIB PPP	US\$ 3,2 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (UNstats)	US\$ 152.933 (2013)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 89.400,00 (2009 est.)
VARIAÇÃO DO PIB (UNdata)	1,9% (2012)
IDH (2014)	0,889 (18ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,89
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1,5% (2015 est.)
UNIDADE MONETÁRIA :	Franco suíço (CHF)
COMUNIDADE BRASILEIRA	N/D

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN (US\$ mil) (MDIC)

Brasil → Liechtenstein	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	7.817	5.556	47.835	12.290	10.165	11.906	12.836	17.646	13.093	11.763
Exportações	649	128	41.186	368	247	278	237	587	1.037	171
Importações	7.168	5.428	6.018	11.922	9.918	11.628	12.599	17.059	12.055	11.591
Saldo	-6.518	-5.300	35.798	-11.554	-9.670	-11.350	-12.362	-16.472	-11.018	-11.420

PERFIS BIOGRÁFICOS

² Liechtenstein é representado no Brasil pela Embaixada da Suíça.



Príncipe Hans-Adam II

Nascido em 1945, filho primogênito do Príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da Princesa Gina, é casado com a Condessa Marie Kinsky de Wichtitz e Tettau e têm quatro filhos.

Cursou o ensino médio em Viena (Áustria) e em Zuz (Suíça). Após sua graduação, trabalhou como trainee no Banco de Londres. Formou-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da Princely House. Em 1984, foi indicado representante permanente de seu pai, o Príncipe Franz Josef II, e passou a administrar os negócios do Estado. Em 13 de novembro de 1989, com a morte de seu pai, assumiu a regência. Engajou-se em política externa independente. Sob sua liderança, o Liechtenstein ingressou nas Nações Unidas (ONU), em 1990, e na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995. Fala alemão, inglês e francês.

O monarca é autor de livro, publicado em 2009, intitulado "*The State in the Third Millennium*" ("O Estado no Terceiro Milênio", em tradução livre, ainda sem versão em português), em que defende o que afirma ser uma concepção "libertária" e "moderna" do poder, ao explicar por que promoveu reforma constitucional no país que, ao passo que lhe deu poderes maiores para resolver mais diretamente assuntos do dia a dia do país, delegou constitucionalmente à população do país poderes para, mediante maioria simples de votos em referendo popular autoconvocado, destituir o próprio monarca, proclamar a república ou mesmo desmembrar o país (qualquer subdivisão do país, até o nível de cidade, pode legalmente proclamar independência).

Segundo Hans Adam, esses dispositivos refletem visão, pessoal sua, de que, "no Terceiro Milênio, o Estado tem de tratar seus cidadãos como uma empresa trataria seus clientes. Para tal, o Estado precisa ter competição. Por essa razão, apóio o direito de autodeterminação, inclusive em nível municipal, de modo a acabar com o monopólio de um Governo sobre seu território".

Adrian Hasler
Primeiro-Ministro



O atual Primeiro-Ministro do Liechtenstein, Adrian Hasler, nasceu em 1964, em Vaduz, capital do Liechtenstein, e formou-se em Economia e Negócios na Universidade de St. Gallen, na Suíça, em 1991.

Após trabalhar por dez anos na área, foi eleito para o Parlamento pelo Partido Progressista dos Cidadãos (FBP), em 2001.

Em 2004, abdicou de seu cargo parlamentar para tornar-se chefe da Polícia Nacional.

Em março de 2013, após as eleições legislativas, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, acumulando também as funções de Ministro para Assuntos Gerais de Governo e Finanças.

Aurelia Frick

Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura



Aurelia Frick nasceu em 1975, em St. Gallen, na Suíça, e formou-se em Direito em Freiburg, em 1999. Posteriormente, obteve título de doutorado na Basileia.

Após trabalhar por diversos anos no ramo jurídico, ingressou oficialmente na política em 2009, pelo Partido Progressista dos Cidadãos, ao ser nomeada para o Ministério de Justiça, Negócios Estrangeiros e Negócios Culturais.

Em 2013, após as eleições legislativas, foi indicada pelo Primeiro-Ministro Adrian Hasler para o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações tradicionalmente cordiais com o Principado de Liechtenstein. Ainda há potencial, contudo, para maior adensamento dos laços bilaterais. Em razão da exiguidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² e apenas 35 mil habitantes), o intercâmbio com o Brasil apresenta níveis modestos.

O diálogo político processa-se pela Embaixada do Brasil em Berna e, ocasionalmente, pela Embaixada da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

Assuntos consulares

Estima-se que haja no Liechtenstein cerca de 60 lares com a presença de pelo menos um brasileiro. A associação Casa Brasil (www.casabrasil.li) tem desenvolvido atividades regulares no principado, atingindo brasileiros e outros interessados. São oferecidas, por exemplo, aulas semanais em língua portuguesa a crianças de várias faixas etárias, com conteúdo abrangendo arte, folclore, música e história do Brasil.

O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias de todo o território do Liechtenstein.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e o Liechtenstein.

O Principado de Liechtenstein foi estabelecido em 1719 como feudo do Sacro Império Romano-Germânico, após aquisição de seus domínios pela família austríaca Liechtenstein. Em 1806, ratificou a Confederação do Reno, após a dissolução do Sacro Império, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou sua independência em 1815, com a Confederação Germânica. Em 1862, a Constituição é promulgada, com o Landtag sendo o representante das camadas populares na sociedade. O Principado tornou-se totalmente independente em 1866, com a dissolução da Confederação. No início do século XX, o Liechtenstein aproximou-se do Império Austro-Húngaro, mas a devastação econômica causada pela Primeira Guerra Mundial levou o Principado a estabelecer união aduaneira e monetária com a Suíça. O Liechtenstein tornou-se, então, território neutro, posição respeitada, inclusive, durante a Segunda Guerra Mundial.

O Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo, e o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo príncipe. Os dois principais partidos políticos são o Partido Progressista dos Cidadãos de Liechtenstein e o Partido da União Democrática.

O Príncipe Regente é o Chefe de Estado. Exerce seu direito de autoridade de Estado, de acordo com a Constituição e demais mecanismos legais. O Príncipe Regente representa o Estado nas suas relações com outros Estados e participa do processo legislativo por meio de apresentação de propostas de governo. Abre o Parlamento no início do ano na cerimônia da Fala do Trono e encerra suas atividades no final do ano. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do "Landtag" (Assembleia Nacional), é o principal evento político do Principado, revelador das grandes linhas que nortearão o Governo nos meses subsequentes.

Em 2003, foi criada nova Constituição, que concedeu maiores poderes ao Príncipe, após aprovação popular (64% para o sim).

Por recomendação do Parlamento, o Príncipe Regente pode indicar e destituir o Governo, nomear juízes para a Corte de Justiça, para a Corte de Apelação e para a Suprema Corte, Presidentes e Vice-Presidentes da Corte Constitucional e da Corte Administrativa e vetar leis.

Todo ato internacional que passe pela aprovação do Parlamento deve ser igualmente submetido a referendo popular.

As últimas eleições, ocorridas em março de 2013, foram vencidas pelo Partido Progressista dos Cidadãos (FBP, na sigla em alemão), o qual conta atualmente com 10 cadeiras, incluindo o cargo de Primeiro-Ministro e o de Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura. O atual Primeiro-Ministro é Adrian Hasler.

Ponto interessante da política interna do Liechtenstein é a previsão, expressamente autorizada na nova Constituição do país, que garante a qualquer região ou mesmo cidade separar-se, com vistas a tornar-se independente do país, mediante votação nesse sentido em referendo popular (com consulta necessária apenas à população da parte que desejar se separar).

Esse dispositivo constitucional coaduna-se com o "espírito" geral da nova Constituição do país, aprovada em referendo popular em 2003 – que, embora tenha garantido poderes maiores ao monarca em temas gerais, é paradoxalmente considerada exemplo de carta magna descentralizadora e auto-limitante – uma vez que delegou à população o direito de, a qualquer momento, por maioria simples em referendo popular, abolir a própria monarquia, mudar a forma de governo (para república, ou mesmo qualquer outra forma) ou separar-se do restante do país, para tornar-se novo país independente ou mesmo juntar-se a outro país.

Segundo o próprio Chefe de Estado do país, Príncipe Hans Adams II, esses dispositivos refletem uma concepção "libertária" e "moderna", por ele defendida e exposta em seu livro *"The State in the Third Millenium"*, publicado em 2009, em que o soberano defende que "O Estado, no terceiro milênio, deveria tratar seus cidadãos como empresas tratam clientes. Para que essa relação seja benéfica para as partes, o Estado (tal como uma empresa) precisa ter competição. Por essa razão, apoio o direito de autodeterminação, inclusive em nível municipal, de modo a acabar com o monopólio de um Governo sobre seu território".

Membro da ONU desde 1990 e da OMC desde 1995, o Liechtenstein tem buscado maior projeção internacional nas últimas décadas.

Em 1978, aderiu ao Conselho da Europa; em 1990, ingressou na Organização das Nações Unidas; em 1993, entrou para a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, em 1995, para a Associação Econômica Europeia, ademais de tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio.

O Ministério de Assuntos Estrangeiros, Educação e Cultura é chefiado por Aurelia Frick, do Partido Progressista dos Cidadãos. Sob sua orientação, Liechtenstein tem defendido, no âmbito das Nações Unidas, propostas convergentes com as posições brasileiras, como a defesa dos direitos humanos, o combate à discriminação religiosa, racial ou sexual, e a reforma do sistema de governança global.

A proximidade de posições entre os dois países também tem-se refletido em outros foros, como demonstram as bem-sucedidas gestões brasileiras pelo voto do Liechtenstein em favor da candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 2013.

Nos últimos meses, o Príncipe Hans-Adam II tem criticado veementemente a Rússia, por ocasião da crise ucraniana, e tem defendido o uso de sanções severas contra os russos.

O centro econômico do Liechtenstein é a cidade de Schaan, com cerca de 6000 habitantes e 8000 postos de trabalho, em 700 empresas. Têm sua sede na cidade a Hilti, fabricante de britadeiras e ferramentas para a indústria, e a Ivoclar Vivadent, maior fabricante de próteses dentárias no mundo.

O Liechtenstein goza do segundo mais elevado produto interno bruto per capita no mundo em termos nominais. Sua renda per capita, de US\$ 152.933 é inferior apenas à do também principado de Mônaco, e sua taxa de desemprego é de 1,5%.

O Liechtenstein optou por regime de baixa tributação e alto padrão de sigilo para atrair empresas e capitais e fomentar a prosperidade. Esse modelo, contudo, foi modificado nos últimos anos, especialmente a partir de 2009, como resultado de fortes pressões da União Europeia e dos EUA. Assim, Liechtenstein assinou diversos acordos internacionais, inclusive a Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais. A OCDE, em reconhecimento aos esforços do Liechtenstein para ampliar a transparência, retirou o país de sua lista de “paraísos fiscais que não cooperam” (List of Unco-operative Tax Havens).

Comércio exterior do Liechtenstein

As exportações do Liechtenstein concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo, peças de motores de automóveis, produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamento eletrônico e produtos oftalmológicos.

As importações, em sua maior parte, em produtos de menor valor agregado: produtos agrícolas; matérias-primas; têxteis; alimentos; combustíveis e veículos.

A balança comercial costuma ser superavitária. Em 2012, as exportações superaram as importações em aproximadamente 1,7 bilhões de dólares.

Comércio exterior bilateral

Com valor global de US\$ 1.037.094,00 (um milhão, trinta e sete mil e noventa e quatro dólares), as exportações brasileiras para o Principado de Liechtenstein apresentaram crescimento de 76,76% em relação ao total de US\$ 586.726,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e seis dólares) registrados em 2012. Ausentes das trocas comerciais bilaterais em 2012, a presença dos dois principais itens da pauta de 2013, "outras partes para motores de explosão" e "outras obras de ferro e aço", com vendas no valor de US\$ 491.060,00 e US\$ 310.954,00, respectivamente, foram determinantes para a ampliação do intercâmbio comercial entre os dois países.

No que tange às importações brasileiras provenientes do Principado, o total registrado em 2013, de US\$ 12 milhões, decresceu 29% em relação ao valor de 2012, ano em que montou a US\$ 17 milhões. A variação negativa de 41% no valor das vendas do principal item da pauta, "outras partes e acessórios para tratores e veículos automotores", que decresceu dos US\$ 7 milhões de 2012 para US\$ 4 milhões em 2013, fez com que o valor global das compras brasileiras recuasse para o patamar registrado nos exercícios anteriores: US\$ 12,8 milhões, em 2011, e US\$ 11,9 milhões, em 2010.

Os dois itens seguintes da pauta de importações de 2013, "outros artigos e aparelhos de prótese dentária", com o total de US\$ 2,3 milhões, e "outros produtos para obturação dentária", com US\$ 2 milhões, cresceram 7% e 44%, respectivamente, em relação ao registro de 2012.

Vale observar que as exportações do Principado respondem por 79,7% do total comércio bilateral, majoritariamente composto por bens de alto valor agregado, e que esse país, com menos de 40 mil habitantes, é superavitário em cerca de US\$ 11 milhões nas trocas comerciais com o Brasil.

Investimentos

Dados do Banco Central brasileiro registram investimentos bilaterais entre Brasil e Liechtenstein. Os recursos transferidos, no entanto, não se traduzem na efetiva instalação de empresas. Considera-se, de maneira geral, que sejam imediatamente transferidos para outros destinos, em operação conhecida como "triangulação de investimentos".

Indicativo dessa situação foi a revisão do valor de estoque de investimentos diretos de Liechtenstein no Brasil de US\$ 400 milhões para US\$ 165 milhões (-59%), após modificação metodológica no registro de estoque de IED no Brasil. A alteração, realizada em 2012, estabeleceu o registro por

"investidor final", que considera a origem da empresa investidora, no lugar do país origem imediata do capital.

Tabela 1: Investimentos Diretos Liechtenstein-Brasil (em US\$ milhões)									
	Estoque ³		Fluxo						
	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Origem: Liechtenstein	165 (49°)	*n.d.	18	24	26	44	32	-	-
Origem: Brasil	13	10 (45°)	-	-	-	-	-	-	-

Dados do Banco Central do Brasil

* n.d. – Os últimos dados de estoque de IED no Brasil publicados pelo BCB são os de 2012.

³ **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1342 Formação do Condado de Vaduz.
 - 1719 Elevação do país a Principado, sob soberania da família Liechtenstein
 - 1806 Incluído na confederação do Reno
 - 1815 Incluído na Confederação Germânica
 - 1862 Plena independência da Confederação Germânica
 - 1868 Abolição das forças militares nacionais
 - 1923 Acordo aduaneiro com a Suíça
 - 1924 Adoção do franco suíço como moeda nacional
 - 1978 Adesão ao Conselho da Europa
 - 1990 Adesão à Organização das Nações Unidas (ONU)
 - 1991 Adesão ao Acordo de Livre Comércio Europeu
 - 2003 A atual Constituição entra em vigor
-

ATOS BILATERAIS

O Acordo Bilateral para a dispensa mútua de necessidade de vistos para turistas, firmado em 1948, é o único ato internacional formal entre o Brasil e o Liechtenstein em vigor.

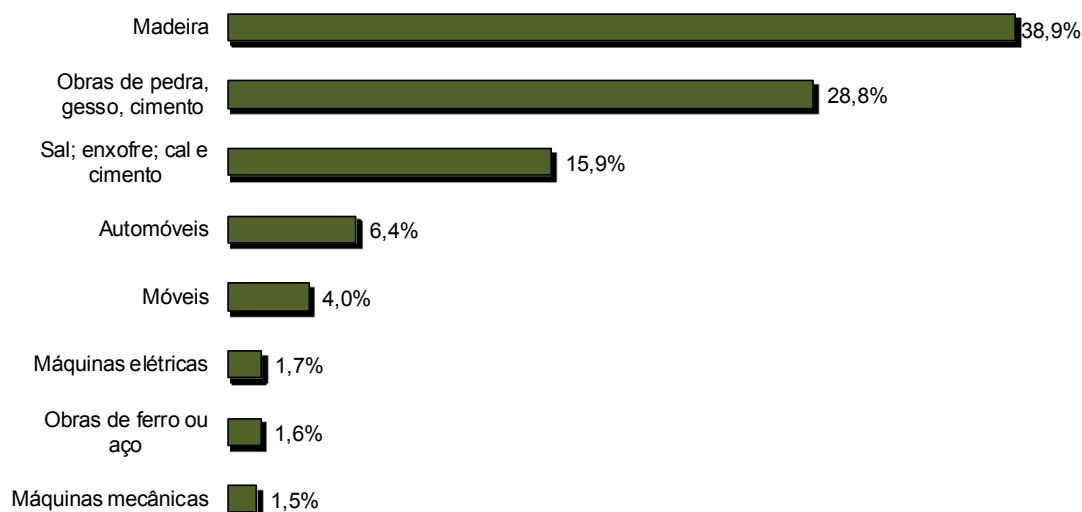
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Composição das exportações brasileiras para Liechtenstein
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Madeira	41,7	7,1%	69,9	6,7%	66,6	38,9%
Obras de pedra, gesso, cimento	85,2	14,5%	34,4	3,3%	49,5	28,8%
Sal; enxofre; cal e cimento	5,5	0,9%	0,0	0,0%	27,3	15,9%
Automóveis	402,6	68,6%	2,3	0,2%	10,9	6,4%
Móveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	6,9	4,0%
Máquinas elétricas	0,2	0,0%	3,5	0,3%	2,9	1,7%
Obras de ferro ou aço	4,3	0,7%	346,4	33,4%	2,8	1,6%
Máquinas mecânicas	0,5	0,1%	496,1	47,8%	2,5	1,5%
Subtotal	540	92,0%	953	91,9%	169	98,8%
Outros produtos	47	8,0%	84	8,1%	2	1,2%
Total	587	100,0%	1.037	100,0%	171	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

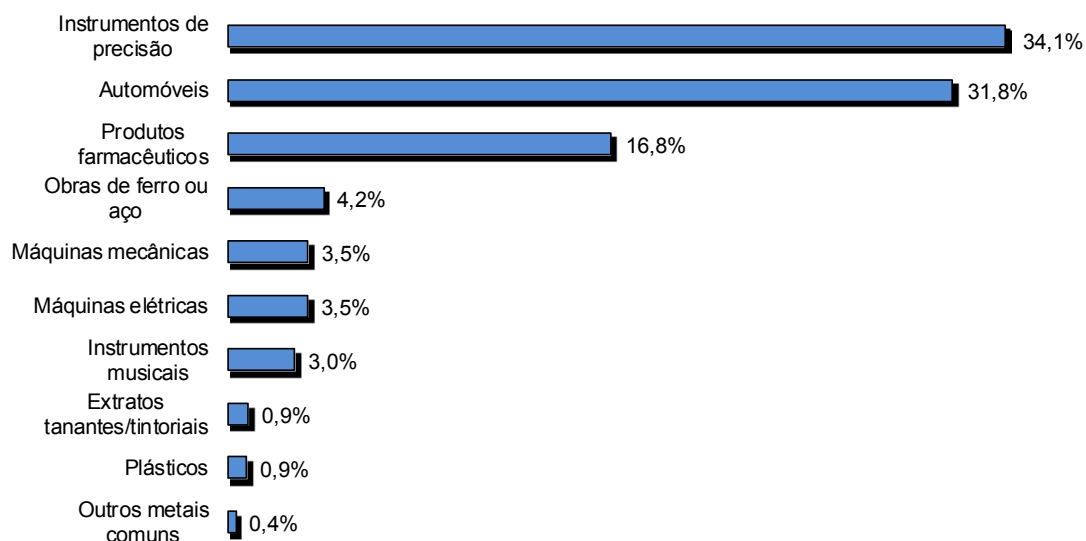


Composição das importações brasileiras originárias de Liechtenstein
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	3.482	20,4%	2.643	21,9%	3.949	34,1%
Automóveis	7.325	42,9%	4.377	36,3%	3.684	31,8%
Produtos farmacêuticos	1.661	9,7%	2.567	21,3%	1.949	16,8%
Obras de ferro ou aço	346	2,0%	409	3,4%	488	4,2%
Máquinas mecânicas	690	4,0%	660	5,5%	411	3,5%
Máquinas elétricas	1.587	9,3%	514	4,3%	409	3,5%
Instrumentos musicais	420	2,5%	461	3,8%	344	3,0%
Extratos tanantes/tintoriais	153	0,9%	101	0,8%	107	0,9%
Plásticos	662	3,9%	76	0,6%	99	0,9%
Outros metais comuns	12	0,1%	51	0,4%	43	0,4%
Subtotal	16.339	95,8%	11.858	98,4%	11.482	99,1%
Outros produtos	720	4,2%	197	1,6%	109	0,9%
Total	17.059	100,0%	12.055	100,0%	11.591	100,0%

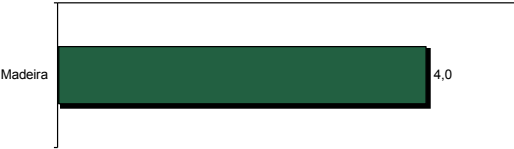
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

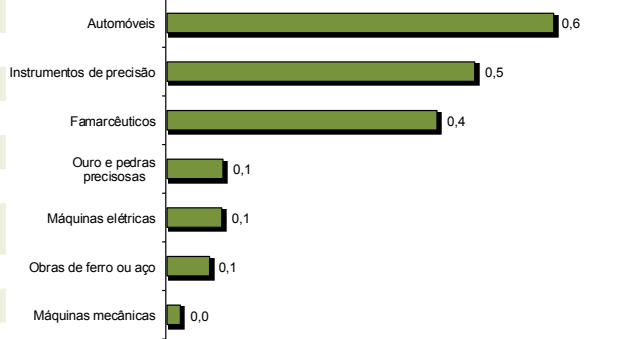
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Madeira	10,61	34,1%	4,00	100,0%	
Subtotal	10,61	34,1%	4,00	100,0%	
Outros produtos	20,54	65,9%	0,00	0,0%	
Total	31,15	100,0%	4,00	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Automóveis	0,80	37,5%	0,59	31,4%	
Instrumentos de precisão	0,57	26,7%	0,47	25,0%	
Famacêuticos	0,29	13,7%	0,41	21,9%	
Ouro e pedras preciosas	0,00	0,0%	0,09	4,6%	
Máquinas elétricas	0,04	1,7%	0,09	4,5%	
Obras de ferro ou aço	0,15	7,0%	0,07	3,4%	
Máquinas mecânicas	0,12	5,5%	0,02	1,2%	
Subtotal	1,97	92,1%	1,74	92,0%	
Outros produtos	0,17	7,9%	0,15	8,0%	
Total	2,13	100,0%	1,89	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

